

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de janeiro de 2024 às 07h55
Seleção de Notícias

Folha.com | BR

Marco regulatório | INPI

Mulheres patentearam inventos no Brasil quando ainda nem podiam votar	3
<small>ÚLTIMAS NOTÍCIAS TATIANA CAVALCANTI</small>	

Monitor Mercantil Digital online | RJ

19 de janeiro de 2024 | Direitos Autorais

Revolução da IA no mercado e regulação: perspectivas para o Brasil	6
<small>FAVOR</small>	

Metrópoles Online | DF

19 de janeiro de 2024 | Direitos Autorais

Shein é processada pela Uniqlo por cópia de bolsa que viralizou	9
---	---

Migalhas | BR

19 de janeiro de 2024 | Marco regulatório | INPI

Ambev detém marca "cringe"; advogado explica registros de nomes virais	11
<small>QUENTES</small>	

Pequenas Empresas Grandes Negócios Online | BR

19 de janeiro de 2024 | Marco regulatório | INPI

Caso Nath Finanças e Nathalia Arcuri: entenda por que é importante registrar a sua marca	12
<small>AUTOR REBECCA SILVA</small>	

Mulheres patentearam inventos no Brasil quando ainda nem podiam votar

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



No início do século 20, quando as mulheres ainda não tinham direito ao voto, dezoito delas, entre brasileiras e estrangeiras, deram entrada no Brasil ao **processo** de patente para seus inventos, que perpassavam diferentes campos tecnológicos possíveis à época e também visavam facilitar as tarefas cotidianas.

Esses documentos foram revelados pelo **Inpi** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) em dezembro do ano passado, quando o órgão do governo federal tornou público cerca de 3.200 **patentes** históricas, que datam de 1895 a 1929, descobertas em 2020 e digitalizadas a partir do ano seguinte. A Folha mostrou algumas delas na série Invenções do Brasil.

Entre as criações registradas por essas mulheres estão cremes para cura de doenças de pele, máquinas para fabricação de charutos, armários refrigerados, processos para fabricação de têxteis, preparados de alvejantes e desinfetantes, acendedores, entre outros.

Processo de digitalização de 3.200 documentos realizado pelo **Inpi**, com patentes de inventores famosos, anônimos e um grupo pequeno de mulheres

- Divulgação/**Inpi**

A descoberta foi uma surpresa para a servidora e pesquisadora Flávia Romano Villa Verde, chefe da Divisão de Documentação Patentária do **Inpi**.

"Ao ler as **patentes** e pesquisar, percebemos que havia mulheres com ideias inovadoras e variadas invenções. Algumas delas foram brasileiras, como uma inventora que criou uma caixa para separar gordura."

Mas pouco se sabe sobre a vida, formação acadêmica e experiências profissionais dessas mulheres, à exceção das que pertenciam à elite e tinham acesso à educação.

Entre os registros, há uma professora e uma médica, enquanto as outras são classificadas como industriais. As nacionalidades são das mais variadas: Brasil, Estados Unidos, França, Bélgica e Alemanha, entre outras.

Continuação: Mulheres patentearam inventos no Brasil quando ainda nem podiam votar

Uma delas foi a portuguesa Hilda de Almeida Brandão Rodrigues Miranda, proprietária da Fábrica de Tapetes Beiriz, em Portugal, inaugurada em 1919. Ela criou um estilo de nó para tapetes encontrado nos salões nobres das Câmaras Municipais do Porto e de Lisboa e no Tribunal Internacional de Haia.

Sua patente aprovada no Brasil se trata de "processo manual de fabricação de tapetes, passadeiras, cortinas e almofadas", em 1922, assinada pelo presidente Epitácio Pessoa.

Na chamada "era dos inventores", não era comum a mulher ter protagonismo nos avanços tecnológicos que chegavam ao país. Mas uma delas contrariava a ideia. A socialite e princesa inglesa Anne de Löwenstein-Wertheim não só era uma cientista, como também uma entusiasta da aviação, que ainda dava seus primeiros passos.

Ela criou uma cama anti-enjoo para embarcações, quando as viagens para atravessar o oceano eram exclusivamente feitas a navio, segundo Flávia Romana. Sua patente no Brasil foi concedida pelo então presidente da República Nilo Peçanha, em 1910.

O espírito desbravador de Anne, porém, a levou a uma tragédia. Ela foi a primeira mulher a tentar realizar um voo transatlântico. Mas a viagem não teve sucesso e ela desapareceu no oceano.

Esses projetos provavelmente só surgiriam na mente feminina, de acordo com Priscila Kashiwabara, especialista em propriedade intelectual e sócia do escritório Kasznar Leonardos.

"As invenções das mulheres daquela época estavam ligadas a problemas domésticos e de saúde, refletindo suas preocupações e necessidades. Hoje, ainda vemos essa falta de representatividade, e é importante inserir mais mulheres no ambiente inovador."

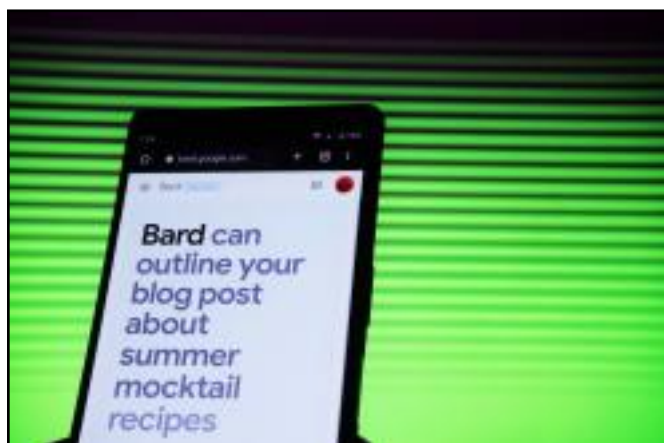
Para Priscila, é interessante notar como as mulheres, mesmo no passado, tinham potencial para inovar e trazer melhorias para a sociedade.

Desenho de berço autonivelante, patenteado pela princesa inglesa Anne de Löwenstein-Wertheim, nos Estados Unidos

- Divulgação/**Inpi**

Continuação: Mulheres patentearam inventos no Brasil quando ainda nem podiam votar

Revolução da IA no mercado e regulação: perspectivas para o Brasil



Bard, a inteligência artificial generativa do Google.

Publicações nacionais e estrangeiras costumam divulgar, ao final de cada ano, suas listas de tendências tecnológicas e de mercado, combinadas com as propensões regulatórias para o país no período seguinte. Neste ano, todas foram unânimes em indicar o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) generativa como uma forte tendência, com impactos relevantes no mercado e na sociedade para que seja possível sua regulação. Estão certas nesta recomendação, pois não há dúvidas sobre o potencial de modificação do uso desta (nem tão nova) tecnologia. Dentre alguns pontos de impacto, vale destacar:

Transformação do Mercado de Trabalho: Essa é, sem dúvida, uma das grandes preocupações, já que a IA generativa pode automatizar e acelerar tarefas que atualmente requerem habilidades criativas e técnicas; não apenas aquelas atividades meramente repetitivas, potencialmente deslocando profissionais em campos como design gráfico, redação de conteúdo e desenvolvimento de software. Por outro lado, isso também pode criar novos empregos especializados, focados na supervisão, manutenção e melhoramento desses sistemas de IA.

Inovação e Desenvolvimento de Produtos: Empresas

podem utilizar a IA generativa para acelerar o desenvolvimento de produtos, desde a concepção de ideias até o design final. Isso pode levar a um ciclo de inovação mais rápido e a produtos mais personalizados para atender às demandas específicas dos consumidores.

Impacto na Propriedade Intelectual: A geração de conteúdo por IA já tem levantado questões sobre direitos autorais e propriedade intelectual, a exemplo da recente disputa entre o NY Times e OpenAI, além de outras disputas na fila. Determinar a titularidade de obras criadas por máquinas e os direitos associados será um desafio legal e ético significativo.

Mudanças no Marketing e Publicidade: A IA generativa pode criar conteúdo de marketing altamente personalizado e eficaz, mudando a forma como as empresas interagem com os consumidores. Isso inclui a criação de anúncios, conteúdo de mídia social e até mesmo experiências de usuário personalizadas.

Educação e Treinamento: A disponibilidade de ferramentas baseadas em IA generativa pode transformar a educação e o treinamento, oferecendo recursos personalizados e interativos que se adaptam ao estilo de aprendizagem do usuário. Isso pode democratizar o acesso à educação de qualidade.

Desafios Éticos e Sociais: A adoção generalizada de IA generativa levanta questões éticas, como o potencial para a criação de desinformação e conteúdo prejudicial em maior escala. A regulação e o monitoramento dessas tecnologias serão cruciais para mitigar riscos sociais.

Implicações na Privacidade de Dados: Sistemas de IA que coletam e analisam grandes volumes de dados podem levantar preocupações com a privacidade. As empresas devem equilibrar a inovação com a responsabilidade de proteger os dados dos usuários.

Continuação: Revolução da IA no mercado e regulação: perspectivas para o Brasil

Competitividade Empresarial: Empresas que adotarem efetivamente a IA generativa podem ganhar vantagens competitivas significativas, enquanto aquelas que não se adaptarem podem ficar para trás. Isso pode levar a uma reestruturação do panorama competitivo em muitos setores.

Na esteira de projetos de lei em discussão e que tendem a ser aprovados neste ano, duas regulações impactam diretamente neste contexto, e cujos efeitos ainda serão potencializados por outras duas leis já bastante conhecidas. Trata-se dos projetos de lei nº 2630, que busca instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, mas que ficou conhecido como o "PL das Fake News", e o PL nº 2338, que pretende regular o uso e desenvolvimento de inteligência artificial. Ambos os PLs são ótimos candidatos a ocuparem parte das pautas do Congresso tendo em vista seus efeitos no processo eleitoral e em ano de eleições municipais.

Outras duas regulamentações são o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Essas quatro normas em conjunto formam um arcabouço regulatório altamente relevante para o mercado, não somente o de tecnologia, mas especialmente o que faz uso de tecnologia, ou seja, todo ele.

Seguindo a tendência líder, de que 2024 será o ano da IA generativa no Brasil (e no mundo), é possível listarmos também os potenciais impactos da proposta de regulação da IA caso venha a ser aprovada nos termos atuais. Lembrando que alterações em um projeto de lei são praticamente a regra, e é possível, embora não desejado, que tenhamos mudanças no texto atual até sua aprovação final e sanção.

Espaço Publicitário

Inovação e Competitividade: A necessidade de conformidade legal com o projeto pode estimular a inovação e melhorar a qualidade dos produtos de IA, mas também pode aumentar os custos de de-

senvolvimento e retardar a entrada no mercado de novas tecnologias.

Transparência e Confiança do Consumidor: As medidas de transparência e explicabilidade podem aumentar a confiança do consumidor em produtos e serviços de IA, mas exigem investimentos adicionais em comunicação e desenvolvimento de sistemas.

Custos de Conformidade: Empresas terão que investir em processos de avaliação e adaptação de riscos, o que pode ser especialmente desafiador para startups e pequenas empresas.

Impacto na Inclusão Digital e Social: A regulação pode ajudar a prevenir vieses e discriminação em sistemas de IA, promovendo uma inclusão digital mais equitativa.

Desafios Legais e Éticos: A necessidade de avaliação de impacto algorítmico e categorização de riscos implica em desafios legais e éticos, requerendo uma abordagem multidisciplinar para a implementação de soluções de IA.

Embora possa impor algumas restrições, a regulação é essencial para orientar o desenvolvimento responsável da IA, equilibrando inovação e proteção. O ano já começou, e o momento requer muito trabalho para que as boas tendências se confirmem e que ajustes sejam feitos para minimizar, ou eliminar, os impactos negativos de outras.

Daniel Dore Lage, Advogado. Sócio-fundador do DMS Advogados. CIPT (IAPP). DPO e CISO (E-xin). Mestrando em Direito da Regulação (FGV Rio). Pós-graduado em Direito Digital (CERS), Direito Urbanístico e Ambiental (PUC Minas), Direito Público (PUC Minas) e em Ciências Penais (UFJF). Bacharel em Direito pela UFJF

Cláudio Roberto Santos, Advogado. Sócio-fundador do DMS Advogados. CIPM | CDPO/BR (IAPP). Doutorando em Direito (PUC Rio). Mestre em Di-

Continuação: Revolução da IA no mercado e regulação: perspectivas para o Brasil

reito Privado (PUC Minas). Professor universitário

Direito pela UFV

Gustavo Carvalho Machado, Advogado. Sócio-fundador do DMS Advogados. Mestre em Direito e Inovação (UFJF). Pós-graduado em Compliance e Integridade Corporativa (PUC Minas) e em Direito do Trabalho (PUC Minas). Bacharel em

Por Favor Digite Seu Nome Aqui

Shein é processada pela Uniqlo por cópia de bolsa que viralizou



A Uniqlo moveu um processo judicial contra a concorrente Shein. O motivo é uma suposta cópia da famosa bolsa Round Mini Shoulder Bag. O acessório, que viralizou em 2023 nas redes sociais, principalmente no TikTok, tem apenas dois anos no mercado. Na ação judicial, a marca japonesa alega que a varejista chinesa violou **direitos** autorais.

Vem entender!

A Uniqlo acusou a Shein de copiar a Round Mini Shoulder Bag

Um dos atrativos para os consumidores da Shein são os preços acessíveis. Entre os produtos ofertados, estão réplicas de itens famosos de outras marcas, com produção em larga escala. Contudo, a Uniqlo não aceitou a cópia de um dos acessórios mais rentáveis da empresa.

A ação judicial foi aberta no Tribunal Distrital de Tóquio, em 28 de dezembro, pela Fast Retailing Co., companhia que opera as lojas da japonesa. A alegação é de que algumas bolsas da Shein "se parecem muito" com as da Uniqlo e podem prejudicar a confiança dos clientes.

"A Fast Retailing Co. Ltd., operadora da Uniqlo, respeita os direitos de propriedade intelectual de seu gru-

po corporativo e de outras empresas em suas atividades comerciais. A Fast Retailing assume uma postura firme contra qualquer ato que viole a sua propriedade intelectual e tomará as medidas adequadas em resposta, incluindo ações legais", apontou comunicado da Fast Retailing.

A ação da etiqueta japonesa foi movida em dezembro de 2023

A Uniqlo assegura que as réplicas da varejista chinesa podem prejudicar a própria imagem

A Fast Retailing se junta à rival Hennes & Mauritz AB, que desde 2021 tem em andamento um processo contra a Shein por violação de **direitos** autorais em Hong Kong

No processo, estão citadas tanto a Shein Japan Co. quanto duas subsidiárias, a Roadget Business Pte. Ltd. e a Fashion Choice Pte. Ltd., de acordo com o comunicado. Entre os pedidos, a Uniqlo exige a "cessação imediata das vendas dos produtos de imitação" por parte da Shein, além de pedir indenização "pelos danos sofridos".

Em nota à CNN, um porta-voz da Shein disse que a empresa está "investigando o assunto". "A Shein respeita os direitos de propriedade intelectual de terceiros e leva a sério todas as alegações de violação", defendeu.

A Uniqlo tem 75 anos de trajetória

Disponível em cores variadas, a bolsa foi desenvolvida em abril de 2022

Sucesso da Uniqlo no TikTok

A Round Mini Shoulder Bag é um verdadeiro hit nas redes sociais

Continuação: Shein é processada pela Uniqlo por cópia de bolsa que viralizou

Fundada em 1949, a Uniqlo lançou a Round Mini Shoulder Bag em abril de 2022. Fabricado em náilon, o acessório com alça tiracolo está disponível em 10 cores. A peça se tornou viral no TikTok quando usuários começaram a postar vídeos mostrando tudo que guardavam na bolsa considerada espaçosa. No primeiro trimestre de 2023, o item conquistou o pri-

meiro lugar no ranking dos produtos mais cobiçados da moda, de acordo com a plataforma Lyst.

Rebeca LigabueIlca Maria Estevão

Ambev detém marca "cringe"; advogado explica registros de nomes virais

QUENTES



Propriedade intelectual Ambev detém marca "cringe"; advogado explica registros de nomes virais Segundo o especialista, as empresas identificam o potencial apelo dessas expressões e veem oportunidades nisso. Da Redação sexta-feira, 19 de janeiro de 2024 Atualizado às 07:00 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Em 2021, a palavra "cringe" tornou-se viral nas redes sociais. A expressão, de origem inglesa, é uma gíria para se referir a algo vergonhoso, constrangedor, um "mico". Após o sucesso da disseminação desse termo, a Ambev solicitou o registro da marca na categoria NCL (11) 33 - Bebidas alcoólicas mistas, obtendo a concessão em 27/6/22.

Mas por que grandes empresas buscam registrar expressões desse tipo no **INPI** - Instituto Nacional da Propriedade Industrial? Segundo Luiz Edgard Montauray Pimenta, sócio sênior do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados, as empresas identificam o potencial apelo dessas expressões e veem oportunidades nisso. "Caso não encontrem restrições impostas pela lei de propriedade industrial, elas prosseguem com o registro", explicou.

O advogado também citou outro caso semelhante, que teve a participação do escritório: o registro da marca "You've got mail" durante o lançamento da internet.

abpi.empauta.com

O que é cringe na advocacia? Conheça a expressão que viralizou

Ambev conseguiu o registro da marca cringe. (Imagem: Reprodução/**INPI**)

Registro da marca

Conforme o profissional, é crucial efetuar o registro para impedir que terceiros usem ou registrem a marca e para garantir o uso sem riscos de ser impugnado. Ele destaca que o registro no **INPI** oferece proteção apenas em território nacional. "Se o titular da marca tiver interesse comercial em outros países, a proteção deve ser buscada em cada país de interesse", esclarece.

Processo de registro

Para registrar uma marca, é recomendável iniciar com uma busca para verificar se a marca está disponível para registro. Em seguida, é necessário apresentar um pedido ao **INPI** e aguardar o exame e deferimento. O registro é concedido por um período de 10 anos, sendo renovável por períodos sucessivos de 10 anos.

Se não houver oposições, recursos ou exigências, as taxas do **INPI** são de R\$ 415 por marca, por classe, além de R\$ 745 referentes às taxas finais para a concessão do registro (com possíveis variações para menor, dependendo da natureza do requerente), mais os honorários do profissional. O tempo de exame, sem oposição, é de aproximadamente 10 meses, podendo chegar a 18 meses caso ocorra oposição.

Caso Nath Finanças e Nathalia Arcuri: entenda por que é importante registrar a sua marca



Nesta semana, as criadoras de conteúdo Nath Finanças e Nathalia Arcuri se desentenderam nas redes sociais por causa dos registros de suas marcas. Além dos nomes parecidos, ambas atuam no segmento financeiro e falam com públicos semelhantes.

Nath Finanças usou as redes sociais para dizer que Arcuri estava tentando prejudicá-la ao entrar com um pedido no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) para não permitir o uso da marca Nath Play, criada e registrada por Finanças para o seu serviço de streaming em 2022.

Segundo a assessoria de Nathalia Arcuri, ela tem mais de 110 marcas registradas, como o nome do canal Me Poupe!, o nome próprio da criadora de conteúdo e variações deles, como 'Na.th'. "Existe um time especializado que faz o monitoramento e contestação de registros a tudo o que se refere ao nome Nathalia Arcuri e ao termo 'Nath'. São 50 contestações em andamento. Assim que soubermos do caso pelas redes sociais, prontamente tomamos medidas para retirar a solicitação junto ao órgão, demonstrando nosso respeito pela situação", diz a nota. Por meio de sua assessoria, Nath Finanças disse que não iria se pronunciar sobre o assunto nesta reportagem e que o setor jurídico da empresa está cuidando da questão.

José Eduardo Prado, sócio-fundador e advogado no escritório F Prado Advogados, explica que esse procedimento é de praxe para os profissionais que monitoram as marcas de seus clientes. "O processo é válido e recomendado. A Nathalia Arcuri tem muitos registros e, quando a Nath Finanças foi ampliar a marca, um direito dela, houve a identificação, que é rotina em escritórios de propriedade industrial. Mandamos alertas quando pedem registro de marca parecida e recebemos autorização dos clientes para entrar com oposição", afirma.

A marca é a principal forma de ser lembrado pelos clientes. Registrá-la no **INPI** é importante para garantir o uso exclusivo em todo o território nacional e proteger da cópia por outras pessoas. É por meio desse processo também que o empreendedor vai se certificar de não estar usando uma marca já registrada por outra pessoa, evitando dores de cabeça no futuro.

Gestão: O que é pesquisa de mercado e como fazer na sua região Pix parcelado: entenda como funciona e se vale a pena oferecer o meio de pagamento Reajuste de preços: especialistas indicam quando repassar aumento de custos para o consumidor "Quem não registra não é dono. Ao optar por não registrar, se a marca é nova e original, a pessoa ou empresa não terá como exercer o direito de propriedade sobre ela. O conceito do registro é extrair do domínio comum, então, quando o **INPI** oficializa, só aquela empresa pode usar. Veja a importância da marca registrada no caso das duas criadoras de conteúdo, o processo é o único instrumento que garante o direito de uso da marca", pontua.

O advogado indica que o registro seja visto como investimento na empresa e que seja incluído com outros gastos no centro de custos da operação logo no início do negócio. "Não é um investimento absurdo e o registro compensa porque traz tranquilidade a longo prazo", afirma.

Continuação: Caso Nath Finanças e Nathalia Arcuri: entenda por que é importante registrar a sua marca

Não é necessário contar com um escritório especializado, apesar de ser recomendado. O **INPI** é aberto para qualquer usuário, a partir do login do gov.br, e os empreendedores podem fazer o próprio registro, mas é preciso ficar ligado nas atualizações da Revista da Propriedade Intelectual (espécie de Diário Oficial) para não perder nenhuma parte do processo. O pedido de um registro dentro de uma das 45 classes especificadas pelo **INPI** tem uma taxa de R\$ 355 para pessoas jurídicas e R\$ 142 para pessoa físicas, microempresas e MEIs. Para especificações livres, os valores sobem para R\$ 415 e R\$ 166, respectivamente.

Após a entrada com o pedido de registro, a autarquia federal examina o requerimento e oportuniza que terceiros entrem com oposição - o que aconteceu entre Nath Finanças e Nathalia Arcuri. Caso não haja empecilhos, o **INPI** defere o processo e é feito o registro, válido por 10 anos. Em média, a diligência dura 10 meses, mas esse período pode se estender caso haja

oposições e julgamentos.

A dica do advogado é fugir de nomes comuns, que podem incorrer na convivência com outras marcas, como foi o caso das influenciadoras. Como exemplo, ele cita marcas de extrato de tomate: muitas usam variações de "pomodoro", nome do fruto em italiano, mas apenas uma empresa trouxe um mascote que a diferencia de todas as outras. "Quem opta por um nome que não é novo, está sujeito a conviver com semelhantes. Isso enfraquece a marca, que é pra ser diferente", finaliza.

Quer ter acesso a conteúdos exclusivos de PEGN? É só clicar aqui e assinar!

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 11, 12

Patentes
3

Direitos Autorais
6, 9